



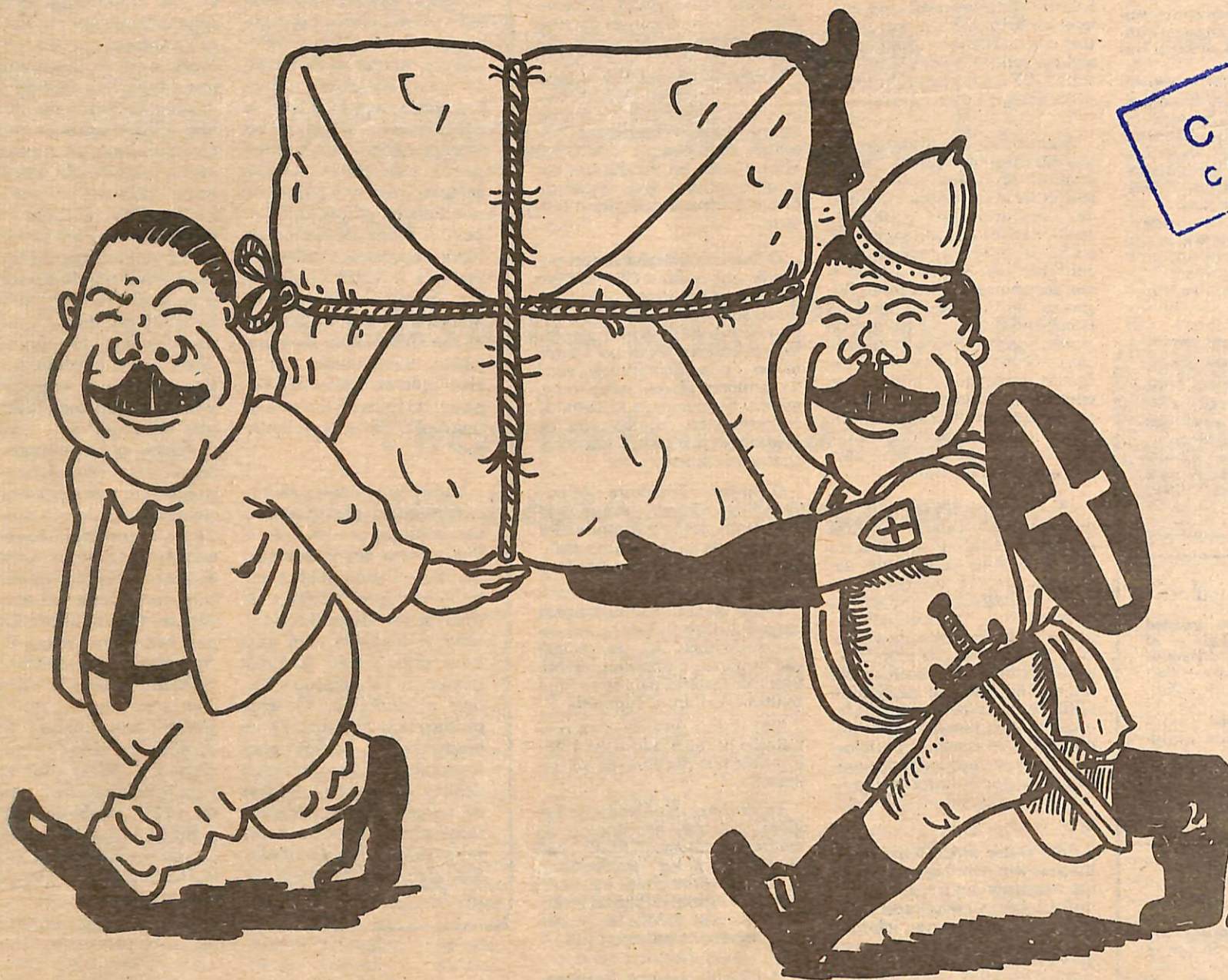
P Jornal do Psicólogo

Belo Horizonte

Abril de 1985

Ano 6

número 15



Conversão da anuidade do CRP

O Conselho Federal de Psicologia, através de Nota Oficial, divulgou sua Instrução Normativa nº 0001/86, em 15 de março de 1986, informando aos psicólogos que, pelo caráter para fiscal das anuidades pagas aos Conselhos de Fiscalização Profissional, essas são consideradas tributos, aplicando-se-lhes o princípio previsto no artigo 41 do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, que simplesmente determina a transformação do seu valor de cruzeiros para cruzados. Neste caso, o pagamento de suas parcelas deverá ser feito em cruzado, não podendo ser aplicada a tabela de conversão prevista no artigo 8º do Decreto-Lei.

V Encontro dos Psicólogos

Está sendo organizado o V ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA 4ª REGIÃO. O encontro será realizado nos dias 28, 29 e 30 de agosto próximo e tem como objetivo propiciar a divulgação e discussão dos trabalhos que estão sendo realizados pelos profissionais da área.

Maiores informações no PSIND-MG — Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, telefone (031) 337-2718 ou no CRP-04 telefone (031) 226-5817.

Seleção de Fiscal para o CRP-04

O CRP-04 comunica que de 19 a 23 de maio de 1986, aceitará inscrições para o preenchimento de uma vaga para o cargo de Fiscal.

Para a inscrição são feitas as seguintes exigências:

- Ser brasileiro.
- Ser Psicólogo.
- Estar inscrito neste CRP-04, no mínimo, há dois anos e quite com o mesmo.
- Ter disponibilidade para viagens nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.
- Apresentar Curriculum Vitae.

Os critérios de seleção e datas dos exames serão divulgados oportunamente.

Endereço para inscrição: Rua Tomé de Souza, 860 s-1001/4, de 2ª a 6ª feira de 8 às 12 e de 14 às 18 horas.

Cartas

Recebemos carta da Psicóloga Elenir Coimbra Matos do Centro de Reabilitação Profissional de Niterói, agradecemos aos elogios feitos ao JORNAL DO PSICÓLOGO.

Recebemos também carta da Biblioteca Central da Universidade de Fortaleza, agradecendo o recebimento do JORNAL DO PSICÓLOGO.

Revista de Psicologia

Foi lançada em agosto do ano passado a Revista de Psicologia do Instituto Cultural Newton de Paiva Ferreira.

A revista tem por objetivo estimular a produção científico-literária do corpo docente e discente do Departamento de Psicologia. Para isso publicará resenhas, textos, entrevistas, artigos, depoimentos, trabalhos feitos em sala e outros assuntos de interesse para a área de Psicologia.

Os coordenadores da publicação solicitam a colaboração dos interessados, apelando para que enviem sugestões e críticas para a revista.

O endereço é rua Tamoios, 792 — Belo Horizonte — MG

Psicóloga MARTA REGINA ALVES PEREIRA, residente em Uberlândia. O CRP-04 precisa entrar em contato com a referida psicóloga, urgentemente. Alguém que a conheça e saiba onde ela se encontra, favor informar.

Jornal do Psicólogo

Órgão oficial do Conselho Regional de Psicologia — 4ª Região (MG/ES) Rua Tomé de Souza, 860, 10º andar — Savassi — BH — Ano 6 — Número 15 — abril 86

Diretoria

Gerson Alves Vieira — Presidente

Rogério Martins Ferreira — Vice-presidente

José Geraldo de Oliveira Leite — Tesoureiro

Janeth Ferreira Freire — Secretária

Comissão de Orientação e Fiscalização

Edson Ildefonso de Oliveira — Presidente

Comissão Permanente de Ética

Denise Amorelli Silveira — Presidente interina

Marly Alves do Amaral

Comissão de Divulgação

Elizabeth Dias de Sá — Presidente

Énio Mendes de Oliveira

Ruth Drummond

Comissão de Psicologia Educacional

José Estanislau Vilela — Presidente

Luís Antônio Camargo Mello

Maria Hubner Leite

Maria de Fátima Pio Cassemiro

Oldach Benjamim de Oliveira

Ilustrações

Moyses Abud Filho

Jornalista Responsável

Jefferson Salomão De Franco

— Registro Profissional 2137-MG

TIRAGEM: 6.000 exemplares

Composição, arte-final e impressão: S/A ESTADO DE MINAS.

Escritórios Regionais

há anos os Psicólogos e o CRP-04 vêm sentindo a necessidade de descentralizar a administração diversificando-a pelo interior do Estado de Minas Gerais e Espírito Santo. O primeiro movimento, neste sentido, se deu em 1981, quando, fundados em legislação do CFP, dividiu-se o Regional em setores, e criou-se 9 Representações Setoriais. Estas representações embora na prática lidem com questões administrativas e políticas — algumas insistem ainda — são ligadas à COF e tem funções específicas de auxiliar a citada comissão.

Analisando a experiência de descentralizar, concluiu-se que foi positiva. Mas, necessário é que precisa ser aprofundada e ampliada, com legislação pertinente, apoio material e suporte administrativo adequado. A proposta é seguir com este espírito criando o que denominamos "Escritórios Regionais" do Conselho Regional de Psicologia. Os nossos objetivos primordiais são cumprir a nossa função de Órgão disciplinador e fiscalizador, facilitando o intercâmbio entidade/profissional e propiciar a organização dos Psicólogos nas diversas regiões de Minas Gerais e Espírito Santo para lidarem com seus problemas específicos.

Os Psicólogos atuam hoje em quase duzentas cidades nos dois Estados, MG/ES e se deparam com problemas e dificuldades peculiares, que pelos inúmeros obstáculos — geográficos, econômicos, culturais etc. — se encontram distanciados das entidades da categoria e até de colegas da própria região. Facilitar e incrementar este intercâmbio é também papel que o CRP participa nas comunidades onde atuam os Psicólogos, prestando serviço de divulgação e informação, garantindo a esta comunidade a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da Psicologia.

Para maior prestação nas informações, tem-se por intenção manter representantes em diversas cidades, tendo este psicólogo a exclusiva função de promover, informar e divulgar os trabalhos de Psicologia e a legislação pertinente.

Foi escolhido o nome Escritório Regional do CRP-04, para não se confundir com legislação do CFP. O nome de delegacia foi excluído por seu cunho policial.

Os Escritórios Regionais, seriam, inicialmente, criados utilizando-se como critério: distância da cidade-sede (BH); existência de curso de Psicologia; distância de outro Escritório Regional; número de Psicólogos na região; importância sócio-econômica da cidade.

A intenção é priorizar a implantação de escritórios Regionais em três regiões: no Estado do Espírito Santo, na cidade de Juiz de Fora e na região do Triângulo Mineiro. Além destes escritórios, sabemos existir demanda em outras regiões de Minas Gerais como: Região

Centro — São João del-Rei/Barbacena Região Norte — Montes Claros; Região Sul — Varzinha/Alfenas Região Oeste — Divinópolis.

Estas regiões merecem um destaque acima de Representante local, mas neste primeiro momento, não se mostram prioritárias. É importante manter-se contacto com os Psicólogos destas regiões, inclusive para futura instalação de Escritórios Regionais.

O Escritório Regional de Vitória abrange o Estado do Espírito Santo, compreendendo todas as suas cidades. Atenderá também os Psicólogos residentes no Estado de Minas Gerais, em cidades que por estarem próximas deste Escritório Regional, tornem mais fácil o contacto.

Os Escritórios Regionais tem por função representar o CRP administrativa e politicamente, serão compostos por um Diretor - Presidente e um Diretor-Tesoureiro, que serão responsáveis legais pelo patrimônio e pela administração geral do escritório. Haverá também um número de diretores, a ser definido em Assembléia de Psicólogos da Região, que nunca será inferior a quatro nem superior a dez.

O Diretor— Presidente e os outros diretores serão eleitos por maioria simples em Assembléia dos Psicólogos da região, e terão mandato de dois anos com direito a reeleição.

O CRP-04 destinará verba para aluguel de imóvel despesas tais como condomínio, luz, etc., aquisição de móveis e utensílios fornecimento de material para escritório e treinamento e apoio à diretoria.

Não se tem previsão para contratação de funcionários em 1986. O assunto será discutido no ano seguinte.

Os diretores dos Escritórios Regionais não terão nenhum vínculo empregatício como o CRP-04, não receberão qualquer remuneração. O CRP-04 se compromete a reembolsar as despesas realizadas no desempenho das atividades, e que previamente autorizadas.

O CRP-04 nomeará Representantes locais onde houver demanda. Estes Psicólogos serão treinados para informar a legislação e os trâmites administrativos. Os Representantes serão pessoas que se disponham a cooperar e que tenham disponibilidade. Este trabalho não é remunerado. É importante ressaltar que este psicólogo não terá qualquer função administrativa. Os Representantes serão escolhidos em Assembléia de Psicólogos nas cidades que forem previamente determinadas. Estas cidades são as que tem um significativo número de psicólogos e que haja demanda para um representante.

O Representante local terá mandato de dois anos, com direito a reeleição e receberá material de escritório, verbas para correio e para outras pequenas despesas, receberá também apoio administrativo.

Editorial

Eleições para o CRP-04

ELEIÇÕES — Este é o assunto mais importante deste ano, já eleito o "Ano da Constituinte". Importante, particularmente para nós, psicólogos que escolheremos os novos Conselheiros do CRP. Esta eleição se reveste de especial importância para a nossa gestão que, neste quase três anos de Conselho, deu especial ênfase ao papel político e à organização da categoria dos Psicólogos. Apoiamos a criação do nosso Sindicato, a luta por concursos públicos, a equiparação salarial no Inamps e Prefeitura, o movimento pela efetivação dos colegas, em desvio de função no Estado. Contribuímos para o Plano de Saúde da Nova República e estivemos presente à VIIIª Conferência Nacional de Saúde. Mantivemos estreito contacto com Associação da nossa região, culminando com a efetivação do Escritório Regional do Espírito Santo e de Juiz de Fora já em implantação.

Lamentavelmente falhamos, quando por exemplo, não conseguimos realizar o V Encontro dos Psicólogos, em 1985. Faltou gente para trabalhar que cumprir as prioridades. Melhorarmos os serviços prestados com uma nova organização administrativa. A fiscalização manteve a eficiência. O setor jurídico já se organiza e hoje possuímos um perfeito controle sobre os pagamentos e débitos. Mantendo a política de redução nas anuidades, conseguimos um considerável aumento do patrimônio, que talvez viabilize a aquisição da "Casa do Psicólogo"

Eleição no CRP-04

Você que está inscrito há mais de dois anos no CRP-04 pode ser um dos CONSELHEIROS do 5º Plenário (Gestão 86/89).

Este ano a Eleição acontecerá no dia do Psicólogo, 27 de agosto.

Para se candidatar, junte-se a outros Psicólogos interessados e forme uma chapa (18 pessoas — 9 efetivos e 9 suplentes).

Vamos nos fazer presentes formando grupos de discussão para a definição de plataforma

ainda este ano. E não poderíamos esquecer o "Jornal do Psicólogo", feito com tantas dificuldades e cumprindo o fundamental papel de informar a Categoria — nem do enorme trabalho de reelaboração do Código de Ética —, assumimos o Conselho em momento crucial da política brasileira e, apesar da composição eclética (politicamente) do Plenário, conseguimos manter a coesão e adotar posturas firmes a favor das Eleições Diretas e pelo fim da ditadura. Mas, a luta continua e é agora o momento de verificarmos a resposta dos Psicólogos a todo este esforço. A resposta da participação. Desejamos dezenas de colegas dispostos a dar continuidade a todo o trabalho feito. E se muito foi feito, ainda há muito por fazer. A nossa participação sóciopolítica ainda é muito pequena. A luta por áreas de trabalho e pela legislação com interseções de atrito com outras profissões se faz urgente. A defesa das nossas áreas de atuação em todos os campos empresarial, educacional, clínica — necessita não só do esforço dos Conselheiros mas de todos os Psicólogos, assim como a melhoria das condições de formação profissional. Não basta termos 9 ou 18 Conselheiros, temos que mobilizar muitos mais, em comissões específicas ou mesmo temporárias. Sem dúvida o trabalho é hercúleo e este é o melhor momento para tomar impulso, repensar o CRP, estabelecer prioridades e metas. Está aberto o processo eleitoral e todos os Psicólogos estão convidados a participar.

Quem se habilita?

Maiores informações podem ser obtidas na Sede do CRP-04, de segunda a sexta-feira, de 8 às 12 e de 14 às 18 horas.

DIANTE do imperativo universal de que o ser humano tem a possibilidade de desenvolvimento da personalidade através da integração social, no que se refere ao processo de evolução e constituição do ser humano nas suas vertentes técnica (transformação do mundo) e sócio-comunicativa (relacionamento intersubjetivo), o Psicólogo deve ter referenciada sua formação inicial e permanente, bem como sua atuação profissional, em vista deste processo de integração social. Entendemos aqui processo de integração social como socialização pela personalização e personalização pela socialização numa circularidade dialética.

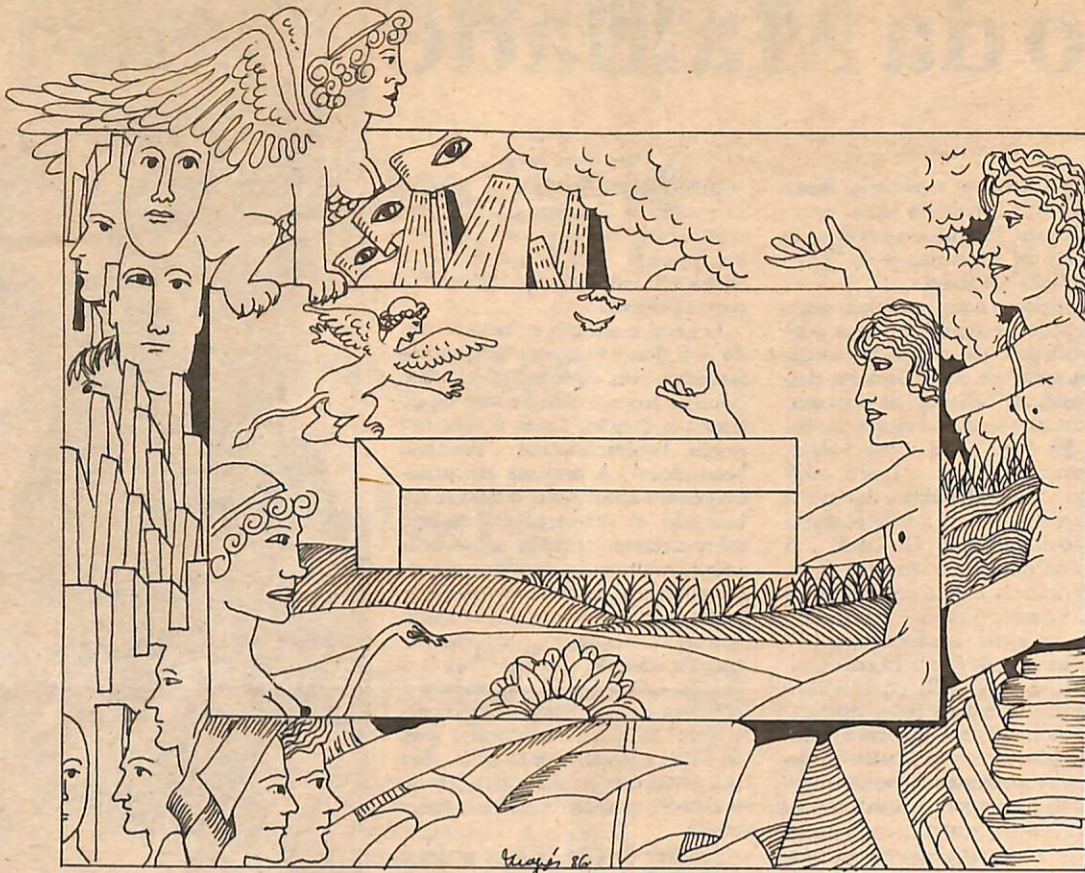
Esta é uma matriz fundamental para o Psicólogo nortear os elementos que integrarão a formação de sua identidade, pois do contrário não será adequadamente sujeito pleno do processo da constituição de sua identidade. Posto isto, a tarefa do Psicólogo será a de favorecer o indivíduo e/ou grupos instituições de várias naturezas, isto é, a sociedade como um todo, a ter possibilitada a dinâmica de sua integração naquilo em que houver uma correspondência direta com fatores psicocognitivos, afetivo-emocionais e psicossociais.

Ao mesmo tempo em que o Psicólogo deve conceber o ser humano como um todo integrado (ser pessoa), e ter isto como pressuposto, sua reflexão teórica, criação técnica e ação interventora deverá incidir diretamente sobre aquelas dimensões da pessoa humana em que o Psicólogo tem competência para dar conta, isto é, o aparelho psíquico constituído pelos processos cognitivos, afetivos, emocionais, motivacionais na sua relação intrapessoal e interpessoal.

Logicamente, dependendo da área de atuação, será diversa sua reflexão teórica, criação técnica e ação interventora, embora esta diversificação não justifique um desvio ou fuga de compromisso com a Ética e a Política da Sociedade global, embutidas e exigidas na Filosofia da Ciência Psicológica. Conseqüentemente, a relação de compromisso com a Ciência Psicológica trará uma incidência prática direta sobre o homem como ser ético e sócio-político.

Assim, é questionável um psicólogo que na sua prática profissional se exclua de uma adesão à contribuição na evolução das sociedades particulares a fim de atingirem seu ideal ético e sócio político. A própria exclusão deste compromisso é reveladora de uma concepção de homem (antropologia) e visão de mundo (cosmovisão) que não tem acordo com os fundamentos da ciência da psicologia.

Engajado na sua área de atuação, dentro de uma tarefa-atividade configurada como específica, o psicólogo deverá atuar em vista da prevenção,



A Identidade do Psicólogo

Caracterização de um Núcleo Básico e Fundamental

manutenção, criação e transformação do comportamento humano, objeto de sua ciência, a partir do pressuposto da liberdade humana nas suas dimensões de livre escolha e liberdade moral, intencionando o processo de integração psicossocial, uma vez que a liberdade reivindica que o indivíduo seja agente de formação da identidade do seu ser pessoa.

Esta tarefa de realização da personalidade e socialização, entendida em termos dialéticos, se dá a partir do grupo social de pertença do indivíduo, sendo aquele a instância tópico-situacional, e por isso, mediadora deste empreendimento integrativo.

Por isso, qualquer ação preventiva e/ou terapêutica terá sua efetividade e especificidades a partir das necessidades emergidas pelo campo da intervenção, de forma que há adequação entre as interpelações da realidade e o corpo teórico-técnico da psicologia.

Caso este instrumental teórico-técnico não dê conta de satisfazer às necessidades preventiva e/ou terapêuticas de determinado campo de intervenção, então o psicólogo terá um dever ético e sócio-político, no qual se inclui, obviamente a honestidade científica e profes-

sional, de repensar sua teoria e reelaborar sua técnica, isto é, revisar na raiz seu instrumental, de forma que este saber científico-técnico responda dentro de sua área de competência pertinentemente aquilo a que a coletividade tem direito em relação aos serviços profissionais do psicólogo, e por isto mesmo, dever social do mesmo. Em outras palavras, o psicólogo tem o dever político, social e moral de responder na área de sua habilitação, às necessidades concretas decorrentes da vivência, e vivências das pessoas àquelas que presta serviços, ou que sofram as influências diretas de sua atuação.

Simplemente, a título de ilustração, a menção aqui do que atualmente representa, em termos de desafios, o campo da intervenção do Psicólogo nos meios populares, uma vez que, pela sua complexidade e extensão, tal tema merece um estudo à parte. Quero dizer, com isto, o seguinte: ou a psicologia é repensada e reelaborada na sua teoria e técnica para ir ao encontro das necessidades das camadas populares, aqui falando de América Latina, ou ela se demitirá frente ao direito-dever de uma prática, e a reboque o Psicólogo por sua vez terá sua identidade ilegível e fragmentada, naufragando no oceano das omissões, já que as camadas populares da socieda-

de representam a grande maioria da população.

Evidentemente que, ao tratar deste problema, não estou pregando o exclusivismo da prática psicológica às camadas populares e, por conseguinte, a exclusão das camadas sociais médias e alta. Assim, apresentei, de uma maneira geral e ainda na superfície, os riscos de não se empenhar séria e sistematicamente na elaboração instrumental da Psicologia, enquanto ciência e técnica, em favor dos desfavorecidos da sociedade a que pertencemos todos nós.

O que foi à guisa de ilustração, o desafio da psicologia frente à intervenção nos meios populares, alinhava a presente reflexão de uma forma concreta e fatural aos elementos que considero básicos na constituição da identidade do Psicólogo.

O Psicólogo dispõe de três matizes articuladoras que lhe oferecem vias concretas para a adequada formação de sua identidade, a saber: Ciência, Profissão-Trabalho e Realidade Sócio-Política, sendo que este último abrange os aspectos Econômico e Cultural.

Estes três matizes incluem toda uma gama de elementos concretos, cujas exigências não sejam respondidas adequadamente, deixarão a identidade do Psicólogo cindida.

Partindo do suposto de princípio que foi colocado a respeito da incidência ético e sócio-política em vista da colaboração da psicologia no processo de integração social, podemos afirmar que nas diversas áreas de atuação* do psicólogo como saúde, trabalho, educação e sócio-comunitária, estes matizes irão adquirir configurações diferentes. Cada área de atuação solicitará um tipo de instrumental teórico-técnico e intervenção específicos. Não obstante, é vital salientar que, independente do leque de configurações, e concretude desses matizes no nível operacional, nas exigências decorrentes destes, levará o Psicólogo a corresponder aos seguintes pontos:

Ciência — Epistemologia, reflexão teórica, reflexão e elaboração técnico-criativa, pesquisa e experimentação.

Profissão-Trabalho — Formação profissional, instrumental teórico-técnico, área de atuação, intervenção projetada, filosofia de trabalho, lugar psico-sociológico da intervenção, engajamento efetivo junto à categoria profissional, trabalho em equipes uni e multidisciplinares, mercado de trabalho, condições de trabalho ético-político-social.

Realidade Sócio-Política — Conhecimento histórico-conjuntural e estrutural da Sociedade (aspectos gerais do social, político, econômico, cultural e axiológico) emergência dos elementos que criteriam a ação reflexiva e interventora.

Conclusão:

O Núcleo Básico da identidade do Psicólogo é informado por um princípio geral ético-político-social em vista do processo consensual** de integração social.

A viabilização da constituição do processo dinâmico de formação da identidade do Psicólogo é dada pela satisfação às exigências feitas pelos três matizes articuladores — Ciência, Profissão — Trabalho, Realidade Sócio-Política — que por sua vez terão configurações diversas conforme a concretude tópico situacional que adquiriram os mesmos na atuação prática do Psicólogo.

Belo Horizonte, setembro de 1985.

André Braune Wiik, SJ
Psicólogo Clínico — Atua na Comunidade de Lindéia — Periferia de Belo Horizonte

★ ★ ★

* Áreas de Atuação — Entendo que não se pode compartimentar as áreas de atuação do Psicólogo, sendo que estão em intercessão constante. Vide a considerada área de atuação do Psicólogo. Propus ali apenas uma disposição didática para facilitar a exposição.

** Consensual: Aqui entendido como encontro das liberdades na fusão dos vários horizontes particulares, em vista de um fim tornado consciente e eleito pela comunidade societária.

O Dragão da Maldade

A inflação brasileira é como o dragão mitológico, um representante de forças poderosas e regressivas. Instigado pelas botas dos militares e alimentado pela tecnocracia, o dragão avolumou-se nos últimos tempos. Herdeira deste dragão, a Nova República mais parece uma princesa prisioneira desta nefasta figura. Seu tutor-mor, Tancredo, falecera às vésperas de sua posse, e morreu em dia consagrado à memória do herói da liberdade. A pobre princesa, meia órfã, recebeu o novo tutor, o lord maranhense da "casa dos pedesses", Sir Ney, com desconfiança. Pois tratava-se de um camaleão da família "poli" de origem helênica, que atualmente habita o sub-mundo democrático das oligarquias.

Endemoniado pelo carnaval, o dragão aumentou assustadoramente o seu poder de fogo. Suas chamas alcançaram o edifício onde a princesa se encontrava, uns dizem no 14% andar outros no 30%. O quadro era lastimoso, o novo tutor Sir Ney, tentando abafar o escândalo, pois a Nova República fora ao "andorinha" fazer verão com antigos publicanos, convocou os cruzados da idade do obscurantismo. Hoje todos no Prato Feito Liberal. A princesa febril e quase em chamas, estava prestes — não confundir com "o cavaleiro da esperança" — a saltar do 30%. Os bombeiros com suas curtas e graduais escadas mágicas, tentavam

em vão alcançar a donzela desesperada. Na calada da noite, oportunamente, Importou-se as escadas austrais da Argentina e ao "povo prometido" de Israel.

Cumpra-se aqui, no início deste parágrafo, assinalar um fato neorepublicano que alguns investigadores apontam como pretexto desta aventura "caliente" da princesa. Poucos dias antes do citado incêndio, Sir Ney, e seu ministério, macumunados com a Igreja proibiram a Nova República de assistir o "Ave Maria" do ilustre cineasta franco-americano "Go-Dark". A princesa desgostosa cometeu desobediência civil. Não restava outra medida senão o choque heterodoxo para por termo na donzela perdida. Essa técnica e tortura econômica, não desenvolvida pelos militares e muito menos pelos psiquiatras, coube aos novos economistas. O corretivo adotado consiste no seguinte procedimento: congelamento total; preços no pico, salários na média. Aplicaram o choque na estação certa; mês de carnaval, época da quaresma e nas vésperas da copa do mundo. Parece tratar-se do popular picolé gelado, saboroso e bom de cala-boca.

Bem, recapitulemos, o quadro é o seguinte, como diria o Brito: a Nova República acurrada pelas chamas do dragão no 30%, não sabe se pula ou morre queimada — mês de fevereiro; Sir Ney convoca vários governadores de arena, familiar ao dragão; proibe-se a reza

popular "Ave Maria"; a seleção não vai bem, Leandro e Zico fora; o ministério também, sai Lira entra Brossard, etc; Roque Santeiro chega ao final. Não deu outra, Funaro a princesa.

O herói montado no cavalo alado de S. Jorge toma nos braços, lançando pela cintura, a Nova República. Investe com o outro braço contra o dragão, tendo à mão seu ariete hebraico-latino "sunabão heterodoxo". A princesa em prantos gritava apavorada, o dragão esbaforido só chamegava; decreto sobre decreto, cruzado sobre cruzados, muita coisa mudou naqueles momentos. O cronista e sambista Moreira breque da Silva, assim narrou o momento, "de meneguêio o ministro messias abafou o dragão com a ariete, segurando a princesa ao lado, afagou-lhe o percentual inflacionário, tomou ares de herói e sunabou o dragão, deu um estouro e sumiu o dragão da maldade; se volta ou não ninguém sabe".

Sir Ney do alto de seus poderes afirma: de hoje em diante, até o próximo carnaval, seremos um povo fiscal. Os jornais publicaram milhares de arietes da Sunab, a tv, o rádio, a fofoca, todos os meios de comunicação fizeram um só cordão para acabar com o dragão. Até mesmo o seu antigo domador e insuflador, El Del FMI Neto, fez uma fezinha na captura do cujo.

No Rio de Janeiro, antiga Guanabara atual socialismo moreno,



foi criada a Escola de Samba Fiscais do Brasil, em franco preparativo para sair no sábado de Aleluia. O samba enredo escolhido foi o "choque heterodoxos dos austrais da palestina", de autoria coletiva da ala dos novos economistas. De Mestre Sala sai o ministro Funaro, 1º destaque a princesa. Promete

grande desfile as alas, industriais-comerciantes, assalariados médios, preços na crista, produtores em geadas, e a famosa ala que dá nome a Escola, povo fiscal, que promete trazer ao corso deste ano a patriótica "Anauê". Não vai dá outra, se congela malandro, tabela na mão e samba no pé que o dragão é fogo.



Estátua: Já!

congelaram os preços

Estátua já! Congelaram os preços. A vez foi do governo. O objetivo desta brincadeira infantil é medir a capacidade das crianças de resistirem na mesma posição que se encontram na hora do grito. O gozo do jogo é assistir às várias "estátuas" e seus desdobramentos. No caso do Plano da Inflação Zero? vulgo "pacote econômico" na tradição que agora se quer encerrar, o grito foi oficial e envolve vários setores econômicos de interesses diversos e conflitantes. A chave deste jogo do governo é acabar com a inflação, e seu grande trunfo é o papel de fiscal delegado à população em geral. De saída o povo aderiu, quase todos pararam, no duplo sentido de fiscal. E o resultado imediato foi uma caça aos remarcadores de preço à vista, os comerciantes lojistas. Cenas de prisões dos remarcadores foram amplamente divulgadas pela mídia, a quem coube a função de iluminar o cenário. Fatos raros já ocorrem com a implantação do PIZE. Outro dia em frente ao Mercado Central, em plena manhã de céu aberto, três donas-de-casa acompanhadas de dois policiais entram numa radiopatrulha rumo à delegacia fiscal, na frente, o feirante devidamente escoltado, entrava numa RP. Não resta dúvidas de que os novos economistas, antecipando aos psicólogos, acertaram em alguma mosca do inconsciente do povo brasileiro, o que não se sabe é se esta estava fora de órbita ou no vespertino.

Duas posições extremas, a dos trabalhadores e a dos banqueiros, merece uma comparação em seus desdobramentos iniciais. O governo afirma que os bancos foram os mais prejudicados, "a ciranda da especulação" acabou, diz o Ministro Funaro, os juros caíram, se

não na real, pelo menos a caminho. Já aos trabalhadores o governo insiste em dizer que esses não foram prejudicados, que pelo contrário aumentou seu poder real de compra. O curioso nas posturas destes dois setores é que os banqueiros até agora nada reclamaram por perderem a "ciranda" ou muito pouco disseram, enquanto que os trabalhadores de boca no megafone proclamam que congelaram seus salários pela média, e os preços pela alta. Ou os donos de bancos são acrobatas, e qualquer postura capitalista eles tiram de letra, ou os trabalhadores são primatas não visíveis como "homo economicus". Deduções óbvias à parte vamos em frente. O proprietário de imóveis foi podado e moldado por novas tabelas, no entanto continuam sendo os maiores casamenteiros de parentes da nação, quando não casam a filha ou um sobrinho pedem o apartamento para reformas. Talvez agora os juizes sejam mais simpáticos ao inquilino, pelo menos até o fim do congelamento. Os industriais e comerciantes brigarão como gato e cachorro até seus preços se ajustarem. Já o produtor agrícola, ainda discreto, pois seus preços foram sempre marcados e remarcados pelo atravessador, não sabe ainda se se trata de congelamento ou geadas. O governo tem dito que dividirá o país em várias zonas de mercado e os preços serão relativos a esses, o que representa uma passagem do caos à ordem. Os hortigranjeiros não serão tabelados é o que dizem os jornais, uma dona de banca de mercado me disse que não sabe ainda se vão tabelar, sabe que na década de 60 tentaram e a coisa não funcionou. Lembra ela que vários produtores pararam de plantar e os produtos sumiram das bancas. O plano foi

elaborado em total sigilo, sem dúvida corajoso, não se sabe é se nós brasileiros desacostumados a planos temos pique para agüentar o "heterodoxo" sem quebrar o prato da omelete.

Os novos economistas estão com a corda toda, até mesmo suas mulheres ludibriadas com o sigilo, aceitaram o jogo machista, ou simplesmente masculino? No entanto outros economistas, sociólogos e políticos fazem uma avaliação diferente. Consideram de saída que a inflação não é o problema prioritário da nação, que dívidas internas e externas bem como a "maus" distribuição da renda, são mais fundamentais na economia brasileira. E vão além, analisando o pacote econômico como medida de desespero do governo Sarney, que em vias de desmoronar até o fim do ano com uma possível diretas já para presidente, tenta se salvar pelo pacote que é Plano. Acontece que no jogo de estátua quem dá o grito tem os movimentos livres, assim o governo não parou na sua posição agônica e sim safou-se desta rumo a uma jogada maior: a organização da economia brasileira. Dizem que o povo está sendo manipulado e ludibriado mais uma vez, o que parece um pouco com aquela frase que o povo ainda não sabe votar, hora é só participando e votando que se aprende. O certo de início é que a população apostou no plano e o governo que deu o grito tira como é de lei o gozo maior do jogo. Se não me engano o "estátua já" termina quando cai a última posição paralisada, nesse jogo oficial acaba o Plano da inflação Zero daqui a um ano, bom, aí vai ser outra história ou estória. Aguardemos. Saudações fiscais.

Os psicólogos autônomos

e o decreto-lei 2284

Contribuições para debate

JULGO dever ser do interesse de todos nós psicólogos a luta para que a maioria da população tenha melhores condições de vida, o que implica, entre outras coisas, melhoria na eficiência de serviços de dever do Estado, como os da Educação e da Saúde, bem como a melhoria de sua situação econômica através de conquistas salariais que representem ganhos reais, buscando a recuperação de seu poder de compra, dilapidado ao longo dos últimos anos.

O Dec. Lei 2284 não tem a pretensão de repor estas perdas, se propondo tão somente a manter, em tese, o nível médio dos salários dos últimos seis meses. Tal proposta no entanto tem sido questionada por alguns setores levantando, p. ex., que a tabela de atualização (Anexo III do Dec.) não considere a inflação de fevereiro como também que o congelamento de preços se deu ao nível dos praticados em 27 de fevereiro e portanto já embutida neles toda a inflação do semestre anterior. Sem falar do fato de que os salários foram congelados no nível de dilapidação em que se encontravam.

A situação dos profissionais liberais não fica clara no referido decreto, o que tem gerado muita dúvida. Existem pelo menos duas maneiras de se tomar a questão: falar em preço de consulta e se pensar por esta categoria "preço", ou tomar os honorários profissionais como "remunerações", situando-os na mesma categoria dos salários. Além disto alguns têm dado parecer (com a CUT-RJ) no sentido da impossibilidade de se congelar os preços dos serviços deste tipo, dada a natureza específica da relação profissional que pressupõem. Sabemos que no caso dos psicólogos, principalmente, a questão do pagamento é parte importante do contrato e se reveste de significados simbólicos não menos importantes. Sabemos

por outro lado que é praxe se conceder descontos, seja devido a situação financeira do cliente, seja por força de convênios, o que já se constituiu numa forma do profissional abrir mão de seus rendimentos em função de uma população menos favorecida. Todas estas situações específicas apontando na direção da proposta de livre negociação para os profissionais liberais, como tem ocorrido até hoje.

Esta discussão pode parecer estéril se pensarmos na pouca relevância que ela tem no projeto de mudança econômica do governo. Sabemos que os clientes dos psicólogos autônomos se constituem, na maior parte das vezes, de uma classe privilegiada economicamente; situação, por si só, resultante da política econômica que vivemos nas últimas décadas, de distribuição injusta das riquezas e concentração progressiva nas mãos de poucos, associada a um desinvestimento progressivo na área social, principalmente na da saúde, remetendo estes serviços para a iniciativa privada, levando, de um lado, a que só uma elite econômica tenha acesso a estes serviços e de outro a que muitos profissionais tenham que cobrar muito aquém do que julgam merecer, se quiserem ampliar seu mercado de trabalho (sua clientela).

No entanto para se avançar no debate sobre a situação dos colegas, ditos liberais, é necessário esta digressão. Se considerarmos os honorários como "salário" estaremos incursos na forma já conhecida de todos para atualização dos salários; do mesmo modo que o direito de livre negociação na data base (art. 20). Se os considerarmos como "preço" o artigo 35 determina o seu congelamento puro e simples ao nível do dia 27 de fevereiro. É aí que pode se dar uma injustiça muito grande com alguns profissionais. Sabemos que nos últimos tempos alguns (muito poucos entre os psicólogos) vinham

reajustando seus honorários mensalmente, pelo INPC, enquanto outros se mantinham em reajuste semestrais. Ora, tomemos como exemplo dois psicólogos que em setembro cobrassem ambos Cr\$100.000 por sessão. O psicólogo A reajustou mês a mês e em 27 de fevereiro cobrava Cr\$176.650. O psicólogo B reajustaria em março, desta forma cobrava em 27 de fevereiro o mesmo que em setembro. O congelamento puro e simples produziria esta diferença. Por outro lado, se entenderem que deverão corrigir seus preços conforme os salários, o psicólogo A chegará ao valor de Cr\$176,65 por sessão enquanto o psicólogo B será obrigado a manter seu preço em Cr\$141,48.

O valor de um serviço do tipo que prestamos é determinado basicamente por condições de mercado e por um valor de auto-referência de cada profissional. Ora, é claro que os psicólogos A e B se atribuíram o mesmo valor em setembro de 85; seria justo, agora, que por uma "artimanha de cálculo" se os force a permanecerem em categorias diferentes? Poderia se questionar que o psicólogo B, de fato se atribuiu menos valor ao se manter no reajuste semestral, mas ele poderia argumentar que o fez por outras razões e que a inflação é uma excrescência de um sistema injusto e que, teoricamente, quando estabeleceu seu preço em setembro havia a possibilidade tanto de haver como de não haver inflação, desta forma o valor então estabelecido não embutia tal inflação, como numa venda a prestação p. ex. De outro lado cabe perguntar sobre as possíveis consequências na relação com o cliente, se o psicólogo B for forçado a ficar cobrando um valor que acha inferior ao seu valor de auto-referência. Seria justo que ele, podendo negociar livremente com seu cliente, seja forçado a manter-se num nível inflacionado de rendimentos? Poder-se-ia

perguntar porque o prof. liberal teria este privilégio de negociação livre quando os assalariados estão sujeitos à correção pela média... É justo e óbvio que as categorias profissionais lutarão por reajustes acima da média do último semestre, às custas da diminuição da "plus valia" do capital; tal negociação livre está garantida no já citado artigo 20 do Dec. Lei 2.284. Além da justiça desta reivindicação de todos, o profissional autônomo possui diferenças em relação ao assalariado, que ele precisa compensar, como as de não ter seguro desemprego, nem FGTS, PIS, 13º salário, férias remuneradas, etc. É óbvio que, uma vez definido o valor dos seus honorários, o mesmo deverá permanecer congelado não só por imposição do espírito do Decreto citado mas por uma questão cívica de contribuir para que se elimine o flagelo da inflação que tem favorecido a tantas injustiças!

O momento e as questões que este Decreto nos tem colocado, tornam oportuno o levantamento de perguntas como de qual a função de um Sindicato de Profissionais liberais, que posições deve tomar nesta hora, qual a real situação da maioria dos psicólogos autônomos (sabemos que existem uns poucos privilegiados, mas algumas pesquisas indicam que os autônomos, na maioria, estão em condições infinitamente piores do que os empregados, sem falar dos inúmeros trabalhando como autônomos em situação de subemprego). A par destas caberiam outras questões como de qual tem sido nossa prática social, de que maneira nos temos inserido socialmente como profissionais, quais os atravessamentos ideológicos desta prática e inserção, qual nosso investimento solidário nas lutas da categoria, visando uma ação social menos individualista e mais eficaz...

Psicólogo Wilson Soares Leite — CRP-04/0520

Descentralização da administração do CRP-04

O CRP-04 inicia o trabalho de descentralização de sua administração, com a criação dos seus Escritórios Regionais. Estes Escritórios Regionais vem substituindo as antigas representações setoriais com efetivas vantagens. Possuem mais autonomia e o CRP vai fornecer uma infra-estrutura material para o seu funcionamento.

Seguindo os critérios publicados na Resolução nº 01, serão implantados, prioritariamente, os Escritórios Regionais do Espírito Santo, da Zona da Mata-MG (Juiz de Fora) e do Triângulo Mineiro. A intenção é que, ao delegarmos direitos e deveres aos Psicólogos das Regiões, venhamos, além de facilitar tarefas burocráticas com inscrição, pagamentos, atestados, etc., estes escritórios prestarão informações sobre a legislação que rege a nossa profissão — leis, resoluções, código de ética — promoverão seminários, palestras e acolherão e encaminharão denúncias, artigos para a publicação no JORNAL DO PSICÓLOGO e outras coisas. É tarefa importante também a organização dos Psicólogos em torno de interesses comuns e da comunidade. Salientamos a importância da participação de todos os Psicólogos. Quando você receber a convocação para participar da Assembléia de implantação deste Escritório na sua Região, convide um colega e compareça.

Escritório regional do Espírito Santo

Em Assembléia realizada no dia 10 de novembro de 1985, com a presença do Vice-Presidente do CRP-04, do Presidente da APPES, do Coordenador de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo e de numeroso grupo de Psicólogos do Estado, foi implantado o Escritório Regional do Conselho no Estado do Espírito Santo. Nessa reunião foram discutidas as funções do novo Escritório e definido os nomes que ocuparão a primeira administração do Escritório:

— Coordenador Presidente — Bárbara Gonçalves Simões.

— Coordenador Financeiro — Luiz Manoel d'Almeida Flores.

— Coordenador Secretário — Wilson Canoial.

— Coordenador de divulgação — Marize Teodora Diniz.

Este é um acontecimento histórico, visto ser o primeiro Escritório Regional a ser estabelecido na 4ª. Região. Ele está localizado na Rua Alberto de Oliveira Santos, 45, sala 1501, ed. Ames, Vitória - ES.

Escritório de Juiz de Fora

A implantação do Escritório Regional de Juiz de Fora está a todo vapor. Estamos em estreito contacto com a Associação local e ainda no mês de maio convocaremos os psicólogos da região para avaliarmos as prioridades e elegermos os responsáveis pelo escritório. Aos interessados, sugerimos solicitar a Resolução que cria e regulamenta os Escritórios diretamente ao CRP.

Comissão de Psicologia Educacional (CPE)

Em recente reunião, contamos com a presença da psicóloga Maria Cristina Fellet Guimarães. Contou-nos ela sua experiência na supervisão de estudantes de psicologia que realizaram um trabalho em um posto de saúde, atendendo a professores e supervisores de oito escolas da comunidade. Debateu-se então a importância deste tipo de experiência na formação do psicólogo escolar, bem como a necessidade de ampliação do espaço de trabalho do psicólogo mineiro.

Dentro deste enfoque a Comissão de Psicologia Educacional, pretende publicar artigos e noticiar trabalhos que estão sendo feitos aqui em Minas e em outros estados. Você psicólogo que trabalha na área de psicologia educacional, escreva-nos contando o seu trabalho, para que possamos através de nosso jornal — divulgar, integrar e mostrar novas perspectivas nesta área.

Uma escola cooperativa no fundo do quintal

O Psicólogo William César Castilho Pereira e Maria Antonieta Pereira professora da rede estadual, lançaram o livro "Uma escola em fundo de Quintal" (ed. Vozes), no seminário "A REALIDADE DA PRÉ-ESCOLA NO BRASIL" no teatro da PUC-MG. O evento ocorreu com a participação da educadora Madalena Freire e os pais dos alunos da Escola Cooperativa Mangueira.

A colega Fátima, da CPE esteve presente e viu no encontro al-

go muito importante para psicólogos tomarem conhecimento.

Sobre a experiência, sobre o livro, transcrevemos, a seguir, palavras assinadas pelos próprios autores:

"Esta escola no fundo do quintal retrata uma experiência de um grupo com educação pré-escolar. Como artesão que molda pacientemente o barro até obter dele a expressão de seus desejos e artes, esta escola foi e está sendo construída dia-a-dia, do modo mais simples e direto possível. Mas com bastante imaginação, repleta de desejos e com a força da união de seus grupos.

A escolha do seu nome "Escola Cooperativa Mangueira", representa, primeiramente, a mangueira, uma espécie de árvore, símbolo de vida e do crescimento, profundamente enraizado na realidade da terra.

A Mangueira é a árvore das fantasias infantis, no fundo do nosso quintal ou do vizinho. Mangueira acolhe gangorras, gritos, brincadeiras de crianças, galhos que galopam, ninhos, passarinhos e abelhas.

Em segundo lugar, optamos pelo sistema cooperativo para garantir a certeza do direito de desejar e decidir. As escolas em geral tem sido inimigas da tentativa, da criação e da participação. Demasiadamente presas a métodos, estatutos, regimentos hierárquias, as escolas proíbem o saber-fazer dos pais, alunos e professores. Optamos pelo sistema de auto-gestão exatamente porque acreditamos que o mes-

mo favorece ao grupo ser sujeito e agente da sua caminhada.

O sistema de cooperativa rompe a dependência e a acomodação. Propicia pessoas responsáveis e livres no escolher e decidir seus próprios rumos. Esse sistema não privilegia pessoas, nem cria seres onipotentes, sábios detentores de poderes absolutos. Pelo contrário, ajuda o grupo a caminhar na sua solidão, a vivenciar momentos de insegurança, incerteza e fraqueza.

Neste momento, queremos convidar você, leitor, a entrar no fundo do quintal da Cooperativa Mangueira. Na primeira parte do livro, você irá conhecer a origem e a história desse grupo. Suas estratégias, os primeiros cuidados que a turma tomou para caminhar com seus próprios pés no chão da vida. Em seguida, você tomará conhecimento dos objetivos da Cooperativa Mangueira, sua organização e funções de suas equipes de trabalho.

Durante a segunda parte você vai mergulhar nas diversas atividades criativas das equipes. Espaço de produção do saber-fazer dos pais, lugar que caracterizou como marca grupo-sujeito e não submetido. Verdadeira referência e identidade do grupo. As equipes substituíram o lugar do chefe ou do diretor da escola. Seus membros tiveram a responsabilidade de produzir e inovar o ato de educar. O trabalho das equipes tornou-se o ponto alto do Mangueira.

A linha psicopedagógica está descrita na terceira parte. Na busca incansável de fazer uma escola de vida, concreta e a partir do trabalho de pesquisa constante dos alunos, o grupo devagarzinho foi misturando o seu próprio saber com os dos teóricos de educação com Terezinha Eboli, Madalena Freire, Piaget, Freinet, Lapiere e outros. Obteve como resultado neste trabalho uma verdadeira síntese científica.

As assembléias eram o lugar de produção coletiva da Cooperativa. Na quinta parte, você vai conhecer alguns dos temas refletidos pelo grupo de pais, como também a forma metodológica como esses temas foram abordados.

Na medida em que as crianças apresentavam alguma necessidade ou desejo, os pais os observavam e os registravam e, posteriormente, era proposta uma assembléia de discussão e reflexão sobre o assunto. Além dessa função de estudo e produção do saber, elas funcionaram também como espaço de decisão e participação coletiva na organização.

Na quinta parte, você irá perceber os momentos de crise da Cooperativa. Nesses momentos o grupo caía de produção. Assumia características de grupo submetido, passivo, dependente. Perdíamos os elementos essenciais da nossa história cooperativa. Mas, com muita compreensão, os componentes do Mangueira tiraram partido dessas cri-

ses obtendo grandes ganhos para o desenvolvimento e solidificação da experiência. Nessas crises, várias potencialidades eram descobertas, novos elementos surgiam com mais vigor e as propostas pedagógicas se concretizavam ainda mais.

A avaliação da Cooperativa foi descrita na sexta parte. Ali o grupo emite a sua voz, avalia, critica, confronta-se com outras experiências e acusa os ganhos obtidos com o Mangueira. Neste espaço você irá ouvir a voz dos alunos, das professoras e do grupo de pais.

A sétima parte descreve a conclusão a que nós chegamos sobre a Escola Cooperativa Mangueira.

Contribuições para a CPE

Já recebemos primeiras contribuições para nossa comissão. Foram os seguintes psicólogos:

- Neide Aparecida Côrtes — Juiz de Fora
- Dulce Maria Coimbra — Juiz de Fora
- Dalila Moraes Santos — Ituiutaba
- Rita de Cássia Fagundes Mota Rocha — Juiz de Fora
- Aniel Pereira Braga Filho — Varginha.

Agradecemos e solicitamos dos demais colegas suas contribuições para que possamos ter a nossa organização o mais breve possível.

Programa de Estudos e Debates - PED

Formação e Atuação do Psicólogo

AIDÉIA inicial da pesquisa surgiu de uma constatação até certo ponto dolorosa para a categoria: muito pouco ou quase nada se sabe, sistematicamente, acerca de onde e como atuam os 4500 psicólogos inscritos no CRP. Ou seja, quer quando se discute a formação acadêmica do psicólogo (vide infundáveis e contínuas discussões de reforma de currículo), quer quando se pretenda reivindicar mercado de trabalho ou mesmo denunciar determinadas distorções empregatícias. Quer quando se pretenda fiscalizar a profissão, credenciar psicólogos para práticas tais como supervisão; ou mesmo definir temas para "encontros" ou planejar prioridades orçamentárias dos órgãos de Classe, as decisões sempre são tomadas atendendo a dados coletados nos "achômetros" e "tendenciómetros" de cada um de nós.

Mais que isto, esta precariedade de dados sistemáticos

acerca da formação e prática do psicólogo vem de uma certa forma como consequência e ao mesmo tempo explicar as nossas circulares questões sobre "ser ou não ser". Daí, surgiu a idéia de trocar tais indagações circulares por uma espiral ascendente e com diâmetros progressivos, que mantenham uma relação dialética com a realidade. Trocando em miúdos, é o primeiro passo para abandonarmos de vez nosso próprio umbigo.

Surgiu então o Programa de Estudos e Debates sobre a Atuação e Formação do Psicólogo, de iniciativa do CFP dos CRP's e de algumas universidades.

Apesar do nome pomposo, o Programa consiste em três sub-projetos bastante objetivos: I — "O PERFIL DO PSICÓLOGO — Formação, Campo de Atuação e Condições de Trabalho" e será o estudo-base para

os demais. Os dados que comporão este perfil estão sendo coletados em todo o Brasil, através de um questionário-padrão, aplicado em amostras sorteadas aleatoriamente entre os psicólogos inscritos em cada CRP.

II — "A DEMANDA SOCIAL DO PSICÓLOGO — Campos de Atuação, Características e Potencialidades", cuja amostra será composta através de informações obtidas no sub-projeto I e por profissionais psicólogos ou não que atuem em campos "alternativos" de atendimento. Buscará levantar demandas sociais não atendidas pelo psicólogo e, por conseguinte, campos potenciais de atuação, tendo-se sempre como parâmetro a realidade social em que vivemos.

III — "DEMANDA SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO", que consistirá em um programa de debates entre os Psicó-

gos e a Universidade, principalmente, visando uma reforma curricular. Neste momento, haverá uma confrontação entre a formação recebida e as necessidades sociais emergentes.

Os objetivos Gerais do Programa são:

★ Caracterizar a atuação do psicólogo analisando, inclusive numa perspectiva histórica, possíveis fatores condicionantes da sua prática profissional.

★ Analisar a demanda social do serviço do Psicólogo, confrontando a realidade da absorção do seu trabalho no mercado com as áreas potenciais de sua atuação.

★ Discutir a relação entre a demanda social e o processo de formação profissional do psicólogo.

★ Repensar o currículo dos Cursos de Psicologia com base nos dados levantados sobre a atuação do profissional, visando uma maior adequação da formação do psicólogo à reali-

dade brasileira em seus aspectos gerais e regionais.

A equipe de trabalho é composta por um grupo gestor formado por alguns conselheiros do CFP e por grupos executores formados por pesquisadores convidados, Conselheiros Regionais e estagiários de Psicologia.

A verba principal é do CFP, uma pequena ajuda vem do CNPQ e INEP (não somos área prioritária) e conta também com participação financeira e estrutura administrativa dos CRP's.

Como todos sabemos, os dados levantados por esta pesquisa, são preciosos e de aplicabilidade incontáveis, uma vez que eles nos permitirão "leituras" e conseqüentes argumentos que direcionarão tanto nossa prática individual como também a dos órgãos de classe. Não fosse muita pretensão, arriscaria colocar, que eles poderão ser um verdadeiro holofote no fim do túnel (ou no começo).

Uma breve avaliação dos cursos de Psicologia



Vista do Campus — Prédio de Psicologia ao fundo, esquerda

A FUNDAÇÃO de Ensino e Tecnologia de Alfenas é mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas e Letras, a qual está subordinada o Departamento de Psicologia. Este é o 2.º ano de funcionamento do curso que conta atualmente com mais de 130 alunos.

O trabalho dos professores é muito estimulado pela Fundação, que deu total liberdade acadêmica para que a equipe realizasse o seu trabalho. O curso dispõe de um bem montado laboratório de Psicologia Experimental. A busca constante de equipe é manter a seriedade do curso e fazer com que ele seja sempre comprometido com uma prática profissional atenta às reais necessidades da Região e do Brasil.

Escola/Comunidade

O contacto com a comunidade tem sido um dos pontos de maior atenção para os professores e alunos. Já no primeiro ano de funcionamento do curso foram realizadas várias atividades voltadas para este campo. Em maio de 1984 foi promovido uma mesa redonda com o título "A Psicologia e Sua Função Social hoje", este trabalho estava aberto a todos os interessados e se

propôs a iniciar o debate permanente com a comunidade para que ficasse informada sobre o que o curso pode fazer e sobre o que a comunidade necessita. A partir destes dados então, reestruturar o curso. Em novembro do mesmo ano, dando continuidade ao trabalho, foi feito o I Seminário de Psicologia onde, além de cursos de informação, dados aos alunos, aconteceram diversos debates para os quais foram convidados, além de profissionais de psicologia, pessoas atuantes em variadas áreas de trabalho da região do sul de Minas. O objetivo principal foi diálogo e a troca de informações para permitir a continuação dos trabalhos da escola junto à comunidade.

Os debates permitiram localizar um ponto em que a participação da escola era mais necessária — as instituições assistenciais de Alfenas. No ano passado, através de um trabalho prático na cadeira de Psicologia do Desenvolvimento, os alunos começaram a ter contactos e atuar em meio às crianças e seus pais, junto a creche da Prefeitura. Este é um trabalho bastante motivador para os alunos e teve uma excelente acolhida pela comunidade. Ao

mesmo tempo iniciou-se, como matéria de metodologia científica, o levantamento dos campos de pesquisa possíveis e de interesse para os alunos. O trabalho de pesquisa científica tem sido incentivado pela equipe, pois esta área é fundamental para o desenvolvimento de um curso de Psicologia comprometido com a realidade brasileira.

O ano de 1985 terminou com dois importantes contratos firmados para trabalhos que serão desenvolvidos agora durante o ano de 1986. O primeiro destes contratos é em relação à ajuda terapêutica às adolescentes do educandário Santa Inês. Esta escola recebe crianças e adolescentes do sexo feminino que não têm apoio familiar. As crianças vêm de todo o Estado de Minas Gerais, algumas delas através da Febem.

O outro contrato é para desenvolver um trabalho de ação integrada em escolas na periferia de Alfenas, atendendo a problemas na área escolar. A extensão da ação do Departamento de Psicologia se realiza com a implantação destas e de outras unidades de prática para os alunos.

Curriculo

A seqüência curricular foi

organizada tendo por base a grande importância da fundamentação filosófica na formação de psicólogos e a necessidade de uma integração entre as disciplinas no sentido longitudinal (durante o ano considerado) e no sentido transversal (através dos cinco anos de formação). Existe a consciência de que atingir estes objetivos e um mais amplo — de um currículo que forma profissionais críticos e criativos, capazes de levar a prática psicológica a todo o tipo de conformidade humana — requer muito mais que uma seqüência curricular desta ou daquela forma. Um trabalho assim requer, antes de mais nada, uma equipe integrada, com capacidade de diálogo nas várias instâncias da instituição, onde o curso se desenvolve. Além disso requer profissionais competentes e dispostos a um trabalho de troca e crescimento com os alunos.

Isto depende fundamentalmente da infra-estrutura da instituição.

São vários os projetos de trabalho para um futuro próximo. Dentre eles destaca-se a revisão da seqüência curricular, com o objetivo de aproximá-lo o mais possível dos anseios dos alunos e professores, bem como das reais necessidades da prática profissional.

O Departamento procura estruturar um esqueleto básico de matérias obrigatórias e, a partir de um certo ponto, introduzir matérias optativas.

Para isso observa com toda a atenção as pesquisas que o Conselho Federal de Psicologia está desenvolvendo nesta área.

Formação Profissional no momento político atual

Política e ética são dois significados irmãos que infelizmente têm sido constantemente dissociados. A passagem para a democracia causa a toda a sociedade brasileira vários impasses. Desaprendemos o diálogo. Temos que retomá-lo para voltar a ter

unidos estes significados irmãos. Procuramos o diálogo mas, como em toda a sociedade brasileira, neste Departamento de Psicologia, o restabelecimento desta prática saudável é bastante dificultada. O momento de transição por que atravessamos é altamente indefinido e o excesso de repressão dos anos passados suscita em muitos um clamor excessivo que ignora limites e relações hierárquicas.

No Departamento de Psicologia, todos se mantêm atentos à importância da redefinição do papel do psicólogo neste momento político em que toda a sociedade brasileira busca se redefinir através de uma nova Constituição. É o momento de transformar-mos o sonho de desenvolver profissionais críticos e criativos em realidade.

O Mercado de trabalho do psicólogo

A equipe do Departamento não está atemorizada pelo chamado "Mercado de Trabalho Saturado". A nível regional o que se sente é uma enorme falta de assistência psicológica. O profissional de Psicologia é bastante requisitado e valorizado nas várias camadas da sociedade. Isto podemos afirmar baseados em nossa vivência pois, tanto o curso tem sido procurado por um significativo número de pessoas. O trabalho dos profissionais, que além da aula exercem atividades clínicas, também tem sido bastante solicitado.

A nível nacional, acreditamos que o mercado está saturado para os profissionais que persistem em ficar nos grandes centros e para aqueles que não sabem ir além do que aprenderam e continuam limitados nas práticas tradicionais.

Nosso trabalho se propõe á redescoberta da Psicologia como uma ciência que chegue a todo tipo de comunidade humana e nela se reveja, descobrindo, dia-a-dia, as várias possibilidades de ação do profissional de Psicologia.

Opinião

Prezados Senhores:

Venho recebendo regularmente e com muito prazer todos os exemplares de o Jornal do Psicólogo e o Boletim Informativo. Em todos os exemplares, venho notando claramente a preocupação de meus nobres colegas de profissão em procurar fazer de nossa categoria uma classe extremamente consciente e de alto gabarito. É baseado nesta preocupação que venho apresentar-lhes minha colaboração.

Trata-se do seguinte: desde 1983, quando me formei pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, venho batalhando para ver se consigo trabalhar na minha profissão. Impossível. Já procurei altos comandos políticos, políticos, diretores de colégios, gerentes de recursos humanos e até mesmo Psicólogos e meus ex-professores.

Não consegui, ao menos, conversar com tais pessoas. Já enviei mais de duzentos currículos e, até a presente data, nenhuma resposta.

Será por falta de experiência que não é comprovada em carteira? Eu pergunto, se alguém não nos der oportunidade para desenvolvermos, como vamos adquirir tão badalada experiência?

Como podemos

mostrar nossa experiência de vida ou mesmo nossa competência, se ninguém se dispõe a proporcionar alguma condição de trabalho? Como podemos desenvolver um trabalho clínico, se uma supervisão está "furando nossos olhos"? Existe uma exploração muito grande dos nossos próprios colegas de profissão. Então os cursos de formação que a gente gostaria de fazer não dá nem pra pensar, isto sem falar nos preços astronômicos e sem mencionar também alguns cursos mal dados e com prolongamento superior ao necessário, só com o fim de se ganhar mais grana em cima dos desempregados ou subempregados que estão desesperados à procura de uma especialização para ver se conseguem alguma colocação mais decente.

Nestes dois últimos anos tenho procurado emprego diretamente nas portas das empresas e nem sequer tenho sido recebido para uma conversa, para mostrar meu plano de ação, inclusive com o Psicólogo que se julga o elemento que decide sobre quem entra ou não na "sua"

empresa. Quando falamos que somos estudantes de Psicologia ou mesmo Psicólogo, é uma calamidade. Sobre deixar o currículo, nem pensar. Já tive informação de pessoas, estagiárias ou não, que trabalham em setores de recrutamento que não adianta deixar o currículo porque ele não é lido e em seguida é lançado no lixo.

Deu para perceber a falta de respeito que têm para conosco? Aliás, diga-se de passagem, pois fiz estágio onde duas Psicólogas mandavam inutilizar fichas de estudantes de Psicologia, alegando que futuramente tais pessoas dariam problemas na empresa querendo ser classificadas como Psicólogos ou pedir transferência para o setor de psicologia. Quando surgiu uma oportunidade para mim, eu seria admitido na empresa, elas solicitaram ao gerente de recursos humanos que me dispensassem, pois queriam colaborar no corte às despesas. Deu para perceber a intenção delas? Inclusive no período em que fui estagiário, elas me maltratavam e me tratavam como auxiliar delas, sem jamais ter permitido a mim participar do processo seletivo.

Muitas vezes, a pessoa que recruta é orientada pelos próprios psicólogos a emitir este comportamento. E isto é deprimente.

Como eu, acredito que há centenas de outros colegas que passaram ou passam pela mesma situação.

Nestas minhas peregrinações e verdadeiras maratonas em busca da minha realização profissional, estive em setores de recrutamento e seleção onde fui atendido por pessoas que estavam estudando Estudos Sociais, Pedagogia, Administração de Empresas e até mesmo Advocacia.

No mês passado, estive em uma empresa que estava recrutando Psicólogo para a área de treinamento e fui atendido por uma estudante de 5º Período de Serviço Social.

Perguntei-lhe onde estava o Psicólogo responsável pela Seleção, ela, sorrindo, me disse que fazia o recrutamento e a seleção há vários anos. Quanto ao recrutar, tudo

bem, mas fazer a seleção, considero isto o cúmulo do absurdo. Imagino até que tipo de seleção e coloco em dúvida a validade desta seleção.

Perguntei a ela quais os critérios adotados para tal seleção, não me foi respondido.

Ora, acho que seria preciso maior atuação do nosso Conselho no que diz respeito a fiscalização. Sugiro que se crie uma equipe competente para fazer um levantamento junto às empresas que mantém serviço de recrutamento e seleção, acompanhamento e desenvolvimento de pessoal de treinamento para verificar que profissionais estão militando nestas áreas e reivindicar o lugar do Psicólogo, mostrando aos empresários que o Psicólogo é indispensável e muito mais preparado para tais funções, além de ter uma formação específica para desempenhar tais atividades.

Para que os senhores analisem, estive em uma empresa onde o chefe de treinamento é um Físico.

Minha proposta é que o Jornal do Psicólogo divulgue esta minha opinião e faça com que os psicólogos fiquem mais alertas e reclamem seu lugar. Precisamos batalhar para abriremos espaços para nós e para os que virão. Todos invadem nosso campo e Profissional algum permite que outro interfira em sua área — Porque isto só acontece conosco? Todos dão palpites e interferem! Vamos lutar juntos.

Vamos nos unir e fazer valer a força da entidade organizada! Não é legal e nem justo que cada psicólogo trabalhe isoladamente. Não é honesto que cada Psicólogo tenha medo da concorrência.

Não é bom para

nossa categoria que os Psicólogos empregados ignorem seus novos colegas de profissão e lhes fechem as portas quando aí batem á procura de um emprego. Quem sabe uma conversa pode ajudar tanto a quem está procurando?

Será que os Psicólogos mais experientes somente vêem os novatos como mais um concorrente? Isto seria muita mesquinha.

Fala-se muito em levar a Psicologia para a periferia. Precisamos tirar a Psicologia de dentro dos muros das universidades! É muito badalada a Psicologia Social. Mera demagogia!!! Eu pergunto: Os Psicólogos de consultórios na Savassi, Santo Antônio, Cidade Nova, Sion, etc, etc, ou os Professores de Faculdade já pensaram em sair e dar um dia do seu serviço aos pobres necessitados, prestando a eles uma ajuda que tanto preconizam? Ao que parece tais profissionais não têm coragem de fazer isto e sugerem a nós, Psicólogos desempregados ou subempregados desempenhemos tais atividades. Será que é medo da concorrência? Será que é para manterem o "status"? Será que é porque não querem descer do seu pedestal? Vão alegar falta de tempo, pois já tem clientes demais e os encargos sociais são tão grandes que não podem fazer isto! Será verdade? Será que estão mesmo preocupados com a saúde mental do povo? Será que o povo existe quando este mesmo povo não pode remunerar adequadamente pelos "serviços" prestados? Cada um terá a sua resposta.

Acredito numa melhora substancial.

Acho que ignorar as situações que coloquei acima é ser conivente com o sistema.

Então, não teria sentido a existência de um Conselho, de um Sindicato, de uma Associação e até mesmo de um Jornal do Psicólogo.

Gostaria que pensassem, refletissem e que no próximo número tal matéria fosse publicada integralmente!

A todos envio um forte e saudoso abraço, desejando-lhes muito êxito.

José Machado de Serve Filho
CRP-04/4598

Se você deseja contribuir com esta seção do JORNAL DO PSICÓLOGO, escreva-nos, emitindo sua OPINIÃO sobre algum assunto relacionado com psicologia ou qualquer outro tema da atualidade. O texto deve ser datilografado em duas vias, espaço dois, contendo o máximo de 100 linhas, com assinatura e número de registro no CRP-04.

Envie seu trabalho para a Comissão de Divulgação, em nossa sede — Rua Tomé de Souza, 860 — Sala 1001 — 30.000 — Belo Horizonte — MG.

P Jornal do Psicólogo

ÓRGÃO OFICIAL DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA — 4ª REGIÃO (MG/ES)

IMPRESSO

NILVANA H. DA COSTA (CRP-04 /1432)
R. Bueno Brandão, 446 - Floresta
31010 - BELO HORIZONTE - M.G.

PORTE PAGO
DR/MG
ISR-73-166/84